

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO FÍSICA YOUTH AND ADULT EDUCATION AND PHYSICAL EDUCATION

KALYNE GOMES DE LIMA

Discente do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –
UERN

HELDER CAVALCANTE CÂMARA

Docente do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –
UERN

Mestre em Ciências Sociais e Humanas (PGCCISH/UERN)

Mestre em Ciências da Educação – Ulusófona-Pt

RESUMO

O trabalho apresentado buscou responder a seguinte questão: como a Educação Física está sendo desenvolvida nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)? A investigação teve como objetivo analisar a prática pedagógica do professor de Educação Física (EF) dos anos finais do ensino fundamental nessa modalidade de ensino em escolas públicas do município de Pau dos Ferros-RN. Para tanto, optou-se por uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, realizada nas duas escolas da rede pública de ensino da cidade que ofertam a modalidade EJA e têm professores ministrando a disciplina de EF. A estratégia de coleta de dados utilizada foi a entrevista, efetuada pela plataforma digital *Google Meet*, com dois professores de Educação Física atuantes na docência e na modalidade de ensino EJA. A análise foi organizado considerando-se 5 (cinco) categorias: formação acadêmica e tempo de atuação na escola; objetivos e conteúdos das aulas de Educação Física na modalidade EJA; metodologia utilizada nas aulas de EF na EJA; avaliação da aprendizagem em EF na EJA; diferenças e aproximações entre ensino regular e a EJA. Enfatizou-se a importância da EF na modalidade EJA, observando-se o contexto socioeconômico em que o aluno está inserido. Ressalta-se a importância desse estudo na área acadêmica, visto que traz elementos importantes para a formação de futuros profissionais de educação na modalidade EJA. Ao mesmo tempo, reforça-se a necessidade de reconhecimento e investimentos, tanto dos órgãos públicos quanto da comunidade acadêmica, no que diz respeito à formulação e reajuste de propostas políticas dos cursos de formação de professores, melhorando, assim, a preparação desses profissionais.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Física; Prática Pedagógica.

ABSTRACT

The present work has the starting question: how is physical education being implemented in the final years of elementary school in the EJA modality? It will be it that will direct the construction of our investigation, which aims to analyze the pedagogical practice of the Physical Education teacher in this teaching modality, in public schools in the city of Pau dos Ferros-RN, in the final years of elementary school. The study is a descriptive research, configuring itself as an investigation with a qualitative approach. The research was conducted in two schools in the city of Pau dos Ferros - RN, since only two public schools offer the EJA modality and have physical education teachers teaching PE. We use the interview data collection strategy, specifically the Google Meet digital platform. This was carried out with two Physical Education Teachers working in teaching and in the EJA teaching modality. The work was organized into 5 (five) categories of analysis, discussing about: Academic background and length of experience at school; Objectives and contents of Physical Education classes in the EJA modality; Methodology used in PE classes at EJA; Assessment of PE learning in EJA; Differences and approximations between regular education and EJA. We emphasize the need

for inclusion in the teaching of Physical Education in the EJA modality, as well as observing the socioeconomic context in which the student is inserted. Finally, we emphasize the importance of this study in the academic area, as future and active, education professionals. It still needs investments and recognition, both with regard to public agencies and the academic community, in order to readjust the political proposals of teacher training courses, thus improving the preparation of these professionals.

Keywords: Youth and Adult Education; PE; Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

Ponderar sobre a educação no Brasil, atualmente, implica pensá-la não como algo pronto, mas como uma construção histórica. Com efeito, essa reflexão precisa ser feita, todavia não intentamos percorrer esse caminho nos apropriando de todos os elementos e fatos que ilustram sua constituição, senão apontando alguns recortes desse transcurso, sem, no entanto, construir uma linearidade ou profundidade.

O processo educativo formal, no Brasil, teve início, de acordo com Azevedo (2018), alguns anos após o seu descobrimento, em 1547, com os jesuítas que “[...] se responsabilizaram pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos” (PILETTI *apud* SOUZA, 2018). Importa destacar que os filhos dos portugueses tinham um ensino mais aprofundado, mostrando que, já nesse período, havia a distinção entre o que se ensinava e a quem se ensinava.

Somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, houve uma ligeira melhoria na educação, com um desenvolvimento cultural considerável, conforme destaca Souza (2018). No entanto, adverte o autor que “[...] o direito à educação permanecia restrito a alguns”. Esse registro é um passo inicial para pensarmos a educação no país, a qual foi se constituindo de forma distinta, como se certos saberes fossem destinados somente para uns e para outros não, além do que o acesso continuava privilegiando as classes hegemônicas.

A desigualdade parece ter acompanhado todo processo de inserção educacional no país, até os dias de hoje. Por mais que, atualmente, possamos dizer que houve uma democratização muito grande do acesso à escola, aspectos sociais e econômicos fizeram com que muitos tivessem e ainda tenham dificuldades de acompanhar as aprendizagens escolares.

A necessidade de trabalhar e a falta de dispositivos culturais tratados pela escola fizeram com que muitos desistissem ou se atrasassem nos estudos, surgindo, assim, um número satisfatório de indivíduos que ainda precisavam estudar, mas já com idades bem avançadas em relação à faixa etária escolar normal. Dessa forma, foram criadas estratégias para atender essa população e fazê-la avançar nos estudos, recuperando, ou, pelo menos, minimizando, essa

defasagem educacional. Tais estratégias fundamentam-se na própria legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica – DCNS (BRASIL, 2013).

Uma das ações em prol desse público foi a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria, constituindo-se, por isso, como instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996).

Para Chagas (2020), a EJA pode ser compreendida como uma maneira de “[...] fornecer justiça social e um caminho de possibilidades para adultos que abandonaram o estudo, não puderam concluí-los ou precisam cursar a educação básica em outro horário”, o que, a nosso ver, é importante em uma sociedade tão desigual.

Partindo dessa visão inicial, indagamo-nos acerca da inserção da Educação Física (EF) na rotina escolar desses alunos e descobrimos que essa disciplina, enquanto componente curricular obrigatório da educação básica, só foi incluída na grade da EJA no ano de 2002, por meio de um documento do Ministério da Educação (MEC), que elaborou uma proposta diretamente para a EF. Segundo o documento:

A inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos representa a possibilidade para os alunos do contato com a cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo de informações, vivências e valores é compreendido aqui como um direito do cidadão, uma perspectiva de construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e expressar afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência. Em síntese, a apropriação dessa cultura, por meio da Educação Física na escola, pode e deve se constituir num instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2002, p. 193).

De acordo com Günther (2016), inserida nesse quadro complexo que é a EJA, a EF ocupa um lugar flutuante. Embora formalmente presente, materializa-se de muitas formas, em geral assumindo um caráter de atividade ou conjunto de atividades e não de componente curricular. Ainda segundo o autor, é importante lembrar que a maioria dos alunos de EJA estuda no período noturno¹, sendo a EF facultativa nesses cursos, conforme está posto na LDB nº 9.394/96, em seu artigo 26, inciso 3:

¹ De acordo com o art. 8º “A Educação de Jovens e Adultos pode ser oferecida tanto em horários diurnos, quanto noturnos” (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – VETADO;
- VI – que tenha prole (BRASIL, 1996).

Estes pontos da legislação, de acordo com o MEC, refletem:

[...] uma concepção ultrapassada de Educação Física, baseada exclusivamente em parâmetros energéticos e fisiológicos, e desconhece a possibilidade da adequação de conteúdos e estratégias às características e necessidades dos alunos que trabalham, bem como a possibilidade de inclusão de conteúdos específicos – aspectos ergonômicos dos movimentos e da postura, trabalho e lazer, exercícios de relaxamento e compensação muscular etc. (BRASIL, 2002, p. 197).

Considerando os aspectos já mencionados em relação à EF e sua inserção na EJA, procuramos aprofundar um pouco as reflexões e, para isso, fizemos buscas de estudos sobre a temática no Periódicos CAPES², no período de 2016 a 2020, apenas nas páginas em português, a partir dos descritores “Educação Física” e “EJA”. Identificamos 15 trabalhos que versavam sobre a “Educação Física”, cinco artigos com ênfase em outros objetos de investigação da área e quatro que abordavam a EJA, mas com um enfoque na educação em um sentido geral.

Dentre o total de trabalhos encontrados no site da revista, apenas seis tinham de fato relação entre os descritores elencados. Um deles discute sobre qualidade de vida e atividade física de adultos (RODRIGUES; ALVES JÚNIOR, 2016); um outro investigou o efeito das aulas de ginástica escolar nos níveis de atividade física de escolares da EJA (LEMES *et al.*, 2018); um terceiro discutiu a educação inclusiva na EJA, mas a partir das produções científicas na área (PELUSO *et al.*, 2020). Esses três primeiros trabalhos que pontuamos não foram selecionados, pois não versavam de fato sobre os aspectos que eram objeto de nossa investigação, diferentemente dos outros três selecionados: o primeiro deles apresentando um relato de experiência na Educação Física na EJA (AUGUSTO *et al.*, 2020); outro refletindo o aumento do número de adolescente na EJA e as repercussões desse no fazer da Educação Física (FRANCHI; GUNTHER, 2018); e, finalmente, o que discutiu a constituição de novas possibilidades de educar pelo movimento, incluindo os estudantes da EJA nessas vivências

² A pesquisa foi feita nos trabalhos de acesso livre.

educacionais, ao inserir novos dispositivos teórico-práticos próprios da Educação Somática (COSTA; SOUZA; SANTOS, 2018).

Também foram realizadas buscas no Google Acadêmico, no mesmo interstício de tempo e como os mesmos descritores. Destacamos ainda que focamos exclusivamente as páginas em português. Partindo desses descritores e do refinamento da pesquisa, o site de busca acadêmica apresentou 7.240 trabalhos, dentre os quais foram selecionados somente 12, especificamente Barros (2016), Da Conceição, Pereira e Dos Santos (2020), Cavalli *et al.*, (2020), Cardoso *et al.* (2018), Goldschmidt Filho, Cruz, Bossle (2016), Günther (2016), Lemes (2017; 2019), Machado (2016), Martins (2019), Miranda, Souza, Pereira (2016), Pires *et al.*, (2016). A seleção desses trabalhos se deu porque tinham relação com nosso objeto de estudo.

Vale ressaltar que há um número considerável de títulos de trabalhos que apareceram apenas como citações, isto é, cujo texto não está disponível para consulta. A maioria, desse total de 7.240 trabalhos, são referentes a textos que têm na sua escrita as palavras usadas como descritores. Alguns nos trazem reflexões sobre a trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade; Educação Física na EJA; desafios e possibilidades, o direito à Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil; visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entre outras temáticas.

Diante do montante que foi levantado no Portal de Periódicos Capes e no Google Acadêmico, foi selecionado um total de 15 trabalhos para serem analisados. É importante frisar que o ponto de partida para construção dessa pesquisa se deu em virtude de uma vivência com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) durante o ano letivo de 2019, na Escola Estadual 4 de Setembro, em Pau dos Ferros – RN. Na oportunidade, estivemos presentes na escola, interagindo ativamente nas aulas da modalidade EJA. Como consequência, passamos a pensar e refletir sobre os momentos de aulas de EF nessa modalidade, já que o público era bem heterogêneo, com idades e contextos bastante diversificados. Assim, percebemos a diferença do ensino para esse público, até mesmo no planejamento das aulas, já que as turmas são compostas por diferentes sujeitos de contextos diversificados, alguns deles citados mais acima.

Dada essa vivência, nossa inquietação aumentou e fomos instigados a aprofundar nossos conhecimentos quanto à modalidade EJA, buscando os estudos que levantamos e que instigaram nossa questão de partida: como a Educação Física está sendo desenvolvida nos anos finais do ensino fundamental na modalidade EJA? Essa pergunta direcionou a construção de nossa investigação, que teve como objetivo analisar a prática pedagógica do professor de

Educação Física nessa modalidade de ensino, em escolas públicas do município de Pau dos Ferros-RN, nos anos finais do ensino fundamental.

Entendemos que este estudo se torna relevante para a comunidade acadêmica por ser um assunto pouco discutido no curso de formação, mesmo a modalidade EJA sendo parte integrante da educação básica e, conseqüentemente, campo de trabalho dos professores em geral. Nesse sentido, faz-se necessária sua discussão e integração dentro desse processo. Refletir sobre o fazer pedagógico em EF nessa modalidade é fundamental para se pensar os caminhos seguidos e que devem ser assumidos, bem como para ponderar sobre a própria formação em EF.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Para pensar a EJA no Brasil de hoje não podemos fazê-lo sem um breve retorno ao passado, considerando-se especialmente os aspectos que permitiram a implementação do modelo em nosso país.

De acordo com Günther (2016), por volta de 1940, podemos encontrar alguns marcos históricos com especial importância para a constituição da EJA, visto que foi nesse período que a educação para esse público-alvo se tornou pauta para o governo federal, sendo considerada como política pública que pudesse diminuir os altos níveis de analfabetismo.

No período de 1940 a 1960 destacam-se algumas campanhas de incentivo e divulgação da Educação para Jovens e Adultos no Brasil, como a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário (1942), que tinha como objetivos ampliar a educação primária e incluir o ensino supletivo; o Serviço de Educação de Adultos (SEA, de 1947), com finalidade de coordenar e orientar os planos anuais do ensino supletivo; a criação de campanhas como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA, de 1947), muito importante por fornecer infraestrutura aos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos; a Campanha Nacional de Educação Rural (1952) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958), com curta duração e poucas realizações (BRASIL, 2002).

Sem adentrar no mérito do alcance e de eficácia dessas proposições, é possível dizer que foram se constituindo como estratégias para permitir o acesso dos jovens e adultos com defasagem escolar. Todavia, com o golpe militar de 1964, houve um grande retrocesso em se tratando da Educação de Jovens e Adultos, de modo que algumas das importantes iniciativas

de educação popular com adultos que se consolidavam pelo país foram extintas. Algumas, entretanto, ainda continuaram, mesmo que de forma clandestina (GÜNTHER, 2016).

No período do regime militar, apesar das extremas restrições e de educadores sofrendo repressões, o ensino supletivo foi desenvolvido. A partir daí, para enfrentar o analfabetismo, que persistia como um desafio, o governo militar promoveu a expansão da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) e, no ano de 1967, o governo federal organizou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), iniciando uma campanha nacional maciça de alfabetização e de educação continuada para jovens e adultos (BRASIL, 2002). O MOBREAL, conforme destacou Reis (*apud* GÜNTHER, 2016, p. 4), perdurou por vários anos, sendo extinto em 1985.

O que temos claro é que a trajetória histórica da EJA foi marcada por muitas lutas e mudanças no decorrer do tempo, podendo ser compreendida como uma busca pelos direitos de jovens e adultos no meio educacional. Segundo Miranda, Souza e Pereira (2016, p. 1) “[...] a luta com garra e dedicação por uma educação de qualidade para todos, fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade”. Essas lutas perpassaram vários anos, mas foi somente com a Constituição de 1988 que esse modelo de ensino passou a ser integrado na Constituição Federal, conforme é possível visualizarmos em seu artigo 208, que diz: “I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;” (BRASIL, 1988).

Esse aditivo na Carta Magna oficializou o direito de todos à educação e atribuiu ao Estado e à família esse dever, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Colocou-se, assim, a educação como um dos direitos fundamentais.

Esse direito foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional de 1996, que destaca, em seu artigo 37, que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria, constituindo-se instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996). Ainda com base na LDB, é importante destacar que a EJA deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento, assim como, os sistemas de ensino asseguram a gratuidade para esse público que não pode efetuar os estudos na idade regular, com oportunidades educacionais apropriadas. Para Günther (2016, p.03):

É importante destacar que a preparação para o trabalho, em diferentes períodos, sempre foi aspecto central na educação de adultos o que, de certo modo, acabou por estabelecer parâmetros orientadores para as concepções que têm norteado as ações e, mais recentemente, as políticas educacionais para esse segmento da população.

Como se vê, no percurso da instituição de uma Educação de Jovens e Adultos no Brasil, inúmeros percalços existiram, embora, mais recentemente, com a Constituição de 88 e a LDB de 1996, tenha havido avanços. No entanto, ainda há muito para avançar, inclusive em sua concepção, que, conforme adverte Günther (2016), não pode firmar tão somente na perspectiva de preparação para o trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos apontaram-na como direito público subjetivo, no Ensino Fundamental. Tais diretrizes buscaram dar à EJA uma fundamentação conceitual e a interpretaram de modo a possibilitar aos sistemas de ensino o exercício de sua autonomia legal sob diretrizes nacionais com as devidas garantias e imposições legais. Após a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, o Brasil conheceu a redação de outra determinação constitucional. Com efeito, o art. 214 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) não só prescreve que a lei estabelecerá o plano nacional de educação como busca fechar as duas pontas do descaso com a educação escolar: lutar contra as causas que promovem o analfabetismo e obrigar-se a garantir o direito à educação pela universalização do atendimento escolar (BRASIL, 2013).

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, por sua vez, contempla a EJA com um capítulo próprio sob a rubrica de “Modalidade de Ensino”. No diagnóstico próprio do capítulo de EJA, no PNE, exige-se uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. As metas do PNE contêm, se contarem com os devidos recursos, virtualidades importantes para ir fazendo do término da função reparadora novos passos em direção à função equalizadora e dessa para a qualificadora (BRASIL, 2014).

METODOLOGIA

Caracterização da pesquisa

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que pretende descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. De acordo com Bastos (2009, p. 99), “[...] os fatos devem ser analisados, classificados e interpretados de maneira que o pesquisador não interfira neles”. O mesmo autor ainda ressalta que algumas pesquisas descritivas se destacam por transcender a simples descrição dos dados, não se restringindo à mera “[...] identificação da

existência de relações entre variáveis[...]”, elas pretendem “[...] determinar a natureza dessa relação” (BASTOS, 2009, p. 99).

Configura-se, ainda, como uma investigação de abordagem qualitativa, não se preocupando com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Para Pereira *et al* (2018, p. 67), “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”.

Locus de investigação

Compuseram o *locus* desta pesquisa duas escolas públicas que atuam nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), mais precisamente com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e que estão situadas na cidade de Pau dos Ferros-RN, um dos principais municípios da região do Alto Oeste Potiguar. Na cidade, apenas essas escolas da rede pública ofertam a modalidade EJA e têm professores de Educação Física ministrando a disciplina, inclusive nos anos finais do ensino fundamental, nível de ensino ao qual direcionamos nossos olhares.

Em síntese, os critérios de inclusão das escolas foram: 1) pertencer à rede pública do de ensino do município de Pau dos Ferros; 2) ofertar a modalidade EJA; 3) ter professor de Educação Física habilitado e em efetivo exercício e profissional. Nesses termos, foram selecionadas a Escola Estadual 4 de Setembro e a Escola Municipal Professor Severino Bezerra

Sujeitos

A população deste estudo foi composta pelos professores de Educação Física que atuam nas duas escolas públicas da rede básica de ensino do município de Pau dos Ferros-RN que estão atuando na modalidade de ensino EJA. Considerando esse aspecto, a pesquisa investigou dois professores, visto que, em cada escola pesquisada, há apenas um docente atuando com a referida disciplina na EJA.

Instrumento de coleta de dados

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, utilizamos como estratégia de coleta de dados a entrevista, mediante a qual o investigador angaria as informações diretamente relacionadas com o objeto de estudo. Creswell (2007) ressalta que nas entrevistas o pesquisador conduz um

roteiro com perguntas, geralmente abertas, pretendendo extrair visões e opiniões dos participantes.

Deve-se considerar que há mais um tipo de entrevista, todavia, para esse trabalho utilizamos a entrevista estruturada, que consiste em realizar uma série de perguntas a um informante, de acordo com um roteiro preestabelecido. Essas foram aplicadas de igual modo a todos os informantes, evitando induzir as respostas. É preciso manter o teor e a ordem das perguntas para que se possa comparar as diferenças entre as respostas de cada informante (BASTOS, 2009).

A entrevista foi realizada no período de 6 a 9 de agosto, em formato virtual, pois, com a pandemia do Covid-19, foi necessário tomar medidas de precaução para minimizar os riscos de contágio do vírus. Utilizamos a plataforma digital Google Meet e a entrevista foi gravada, com a permissão dos professores entrevistados.

Após a gravação, fizemos a transcrição das informações, as quais foram agrupadas por temáticas, constituindo categorias de análise. Feito isso, procedemos com a construção de reflexões a partir dos enunciados, adicionando discussões teóricas, especificamente as que convieram para ratificar ou refutar os apontamentos e reflexões realizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A entrevista foi realizada com dois Professores de Educação Física atuantes na docência, na modalidade de ensino EJA. Ambos os professores trabalham no município de Pau dos Ferros – RN, o Prof. A em uma escola da rede estadual e o Prof. B em outra da rede municipal. É preciso destacar que, para trilhar nossos caminhos da análise, o trabalho foi organizado conforme 5 (cinco) categorias, a saber: formação acadêmica e tempo de atuação na escola; objetivos e conteúdos das aulas de Educação Física na modalidade EJA; metodologia utilizada nas aulas de EF na EJA; Avaliação da aprendizagem em EF na EJA; Diferenças e aproximações entre ensino regular e EJA.

Na primeira categoria, “formação acadêmica e tempo de atuação na escola”, identificamos que ambos os investigados são formados em Educação Física pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, campus de Pau dos Ferros – RN. O Prof. A está formado há 9 (nove) anos e o Prof. B há 10 (dez) anos. O Prof. A está atuando como professor de Educação Física e na EJA em igual período. Já o Prof. B também atua como professor de EF desde que se formou, porém, sua atuação na EJA se deu de 2016 a 2018.

Identificamos ainda que nenhum deles teve em sua formação acadêmica uma capacitação específica para atuação nessa modalidade de ensino. Outro aspecto importante a ser levantado em consideração é que nenhum deles participou de cursos de formação em específico para atuação na EJA. No entanto, o Prof. B relatou ter participado de alguns encontros promovidos por uma editora de livros, que iria disponibilizar material para os alunos da EJA. Esses encontros foram vivenciados logo na época em que começou a trabalhar como efetivo. Ainda destacou que essa oferta “não foi nem a entidade da secretária do município” que promoveu.

Um aspecto importante a se considerar é que não houve na formação acadêmica dos professores nenhuma preparação para atuação nesse nível de ensino, o que é muito preocupante. Decerto, é necessário que seja fornecida na formação do professor subsídios suficientes para atuação nesse campo em específico. Tal aspecto é problematizado por Günther (2016), ao destacar que, apesar de existirem orientações legais para formação específica para o professor atuar na EJA, essa parece não estar devidamente materializada, havendo ainda a ausência do poder público, que conduz “[...] a um processo de adaptação ou apenas transposição de conhecimentos previstos para o ensino fundamental destinado a crianças e adolescentes, para uso com jovens e adultos resultando em um processo de infantilização do currículo” (SOARES, 2006; OLIVEIRA, 2007; *apud* GÜNTHER, 2016, p. 6).

Sobre a ausência ou limitada preparação para a atuação no espaço escolar é interessante destacar a afirmação do Prof. B, que destacou não ter recebido preparação, além de indicar dificuldades que permeiam o ensinar e aprender na EJA:

Não. Você se assusta muito, porque uma coisa é transferir conhecimento para pessoas que estão para aprender. Na EJA, geralmente, são adultos, então são reaprendizagens. Então é toda uma didática diferente. Muitas vezes as abordagens e as metodologias que nós vemos na universidade não... assim, nos permite, trabalhar com crianças, adolescentes, mas em nenhum momento dá para associar ao adulto/jovem, né? Embora muitos alunos da EJA não são tão adultos, mas são ainda sim adolescentes que estão em atraso nas séries anteriores. Então, dificulta muito a aprendizagem, você tem que ter toda uma didática porque muitos trabalham durante o dia, passam o dia trabalhando, não querem fazer. Não é a mesma cobrança, não são as mesmas avaliações, não é, é totalmente diferente. E a universidade, na verdade, só nos dá uma base para o que a gente enfrenta, aí tem que buscar muita coisa (Prof. B).

O professor destacou ainda que, atualmente, muitos alunos, ainda adolescentes, passam a ingressar na EJA, o que é uma dificuldade ainda maior, visto que, conforme destacam Franchi e Günther (2018, p. 4), “A EJA foi concebida para um público predominantemente adulto e por muito tempo era esse público que, efetivamente, integrava essa modalidade de ensino”. No

entanto, os autores destacam que, cada vez mais, é expressivo o aumento do número de jovens e adolescentes ingressando nas turmas de EJA. Há, portanto, “[...] um processo de escolarização em que os sujeitos que nele estão presentes costumam não ter continuidade nos estudos, sendo marcado por rupturas e descontinuidades” (FRANCHI; GÜNTER, 2018, p. 6).

Em se tratando da categoria “objetivos e conteúdos das aulas de Educação Física na modalidade EJA”, no presente estudo observamos que ambos os professores entrevistados enfatizaram a necessidade de inclusão dos alunos no ensino de Educação Física na modalidade EJA, visando trabalhar o todo com suas individualidades, através de um estudo do grupo. Mas, para o Prof. B existe ainda a necessidade de se observar o contexto socioeconômico em que esse aluno está inserido, pois muitos desses alunos enxergam na EJA a possibilidade de um desenvolvimento econômico.

Nessa perspectiva, Cavali *et al* (2020, p. 4) discorre que: “O conhecimento modifica o homem, assim considera-se que a EJA, é capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, traz novas oportunidades de convivência, novos valores para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária”. Seguindo essa linha de raciocínio, o Prof. B declarou usar da dinamicidade de atividades para alcançar o seu objetivo maior, que é fazer com que os alunos descansassem à noite, relaxem e gostem da Educação Física.

Nessa mesma categoria de análise, consideramos também os conteúdos trabalhados nas aulas de Educação Física nessa modalidade de ensino, observando que o Prof. A passou por diversas modificações na disposição dos conteúdos ao longo dos 9 (nove) anos como educador. No entanto, consideramos a atualidade para os fins deste estudo e, por isso, é imprescindível ressaltar a utilização de unidades temáticas da BNCC ligada ao nível de ensino. Nessa vertente, o Prof. B evidenciou em sua resposta a necessidade de repassar os conteúdos através da ludicidade dos jogos, sem mencionar a BNCC, fato que se dá devido ao ano que lecionou na referida escola. Em ambas as respostas, portanto, notamos a ausência de menção da BNCC em relação à EJA, mesmo na atualidade (AUGUSTO *et al*, 2020).

Outro aspecto importante para formação do aluno está relacionado ao fazer docente, o qual foi abordado na categoria “metodologias utilizadas nas aulas de Educação Física na EJA”. No que concerne à metodologia abordada pelos entrevistados, de fato não conseguimos ver aproximações nas falas dos professores em suas práticas pedagógicas e abordagens utilizadas no que se refere à modalidade EJA.

De acordo com o Prof. A, há uma mescla entre o método de ensino tradicional e as metodologias inovadoras, embora não tenha deixado claro quais são. O uso do ensino tradicional foi justificado pelo professor porque os alunos não conseguem dissociar o fazer

escolar do ensino das perspectivas mais tradicionais, tendo que trabalhar a escrita com questões em exercícios e com textos. Nesses termos, o professor destacou que, às vezes, tem que

[...] ser um pouquinho tradicional na EJA, trabalhar a escrita, trabalhar com questões, com textos, porque os alunos da EJA muitas vezes são alunos que a muito tempo não estudam e que muitas vezes eles só veem, é, significado em aulas nesse sentido, tipo assim, eles acham que só estão estudando se tiver escrevendo [...] (Prof. A).

A abordagem com ênfase mais prática, que é uma característica da Educação Física, também tem assento nas aulas do prof. A, embora também não tenha destacado quais, nem como faz essa abordagem.

Já o Prof. B ressaltou a importância de mesclar as abordagens metodológicas, especialmente porque reconhece que sua metodologia ganha forma de “Aulas abertas” (Prof. B). Segundo ele:

Na EJA eu sou muito aberta, eu tenho que ser uma pessoa muito flexível. Eram metodologias de aulas abertas voltadas para o construtivismo. Porque eu pegava muito o que eles queriam, e pedia para dizer o que eles gostariam, pois não pode ser engessado, porque as abordagens cabem diante de cada situação que você vive na escola (Prof. B).

No nosso entendimento, o professor não se pauta em uma estratégia fechada, mas vai construindo, a partir da realidade dos alunos, suas possibilidades de fazer. O que não ficou claro é se essa abertura se dá somente no processo de escolha, ou se faz presente ao longo da aula. Se a resposta for a primeira opção, há o engajamento do aluno no processo decisório, o que fortalece sua autonomia – uma espécie de planejamento participativo. Se for a segunda, aproxima-se mais do conceito de aula aberta, mencionada no livro “Visão didática da Educação Física”, no qual as tarefas e a realização dessas têm como sujeito o aluno, cabendo ao professor determinar as condições da aula, não o seu processo, intervindo apenas em situação em que haja perigo ou que houver solicitação para fazê-los, ajudando a pensar o transcurso das tarefas (ALMEIDA, 1991).

A “avaliação da aprendizagem em Educação Física na EJA” foi a quarta categoria que procedemos a análise. Nela, pudemos analisar os tipos de avaliações utilizadas pelo Prof. A e Prof. B para verificar as aprendizagens da disciplina de EF, considerando a modalidade de ensino EJA. Pudemos observar o caráter quantitativo em ambas as narrativas, mesmo com a distribuição das atividades variando. O Prof. A, por exemplo, atribui nota também pela participação, diferentemente do Prof. B, que somente considera a nota da avaliação. Outro aspecto relevante abordado pelo Prof. B foi a flexibilidade em relação ao índice de reprovação,

ressaltando que essa situação depende da política interna da escola e da sua organização pedagógica.

Por fim, direcionamos nosso olhar para a categoria “diferenças e aproximações entre ensino regular e a EJA”. A partir dessa abordagem, pudemos realizar algumas reflexões relativas aos espaços de atuação dos professores do ensino regular e da EJA.

Os dois professores entrevistados relataram que há muita diferença no trato da Educação Física aplicada na EJA em relação a que é ofertada no ensino regular. Citaram como exemplo a diversidade de idade presente nas turmas de EJA, onde se tem um público mais adulto, mas também um pessoal mais jovem. Apontaram também a questão do tempo em que os alunos ficaram sem ir à escola e, nesse caso, em especial, existe aluno que estudou há um ano e outro aluno que há 10 anos não frequentava a escola. São essas divergências que constroem o alunado da EJA, uma turma com interesses distintos, caracterizada pela heterogeneidade e particularidades dessa modalidade de ensino.

Em consonância com essas observações, Augusto *et al* (2020, p. 6) ressalta que, tendo em vista a diversidade de público presente na Educação de Jovens e Adultos, é preciso que o professor busque estratégias para usá-las em favor da disciplina. Nesse sentido, o Prof. A, destacou: “[...] a gente tem que aliar todas essas realidades, nas diferentes metodologias e trabalhar na aula. Então eu tenho que tentar incluir todo mundo através das diferentes metodologias, diferentes tipos de avaliações”.

Considerando a fala do Prof. A, destacamos que, ao se levar em “[...] consideração as diferentes experiências de vida dos alunos, as diferentes formas de manifestação da cultura corporal de movimento trazidas por eles, estão se abrindo possibilidades para que todos possam aprender, incluindo o docente” (GOLDSCHMIDT FILHO; CRUZ; BOSSLE, 2016).

Em concordância com o colega, o Prof. A acrescentou que o público atendido nessas etapas de ensino também tem distinções em relação ao alunado do ensino regular, a começar pela questão da faixa etária. Para ele, no ensino regular as idades se aproximam mais, existindo assim uma melhor padronização das aulas. As turmas também são consideradas mais homogêneas em relação as da EJA. A isso, o Prof. B acrescentou que seu público é “mais de periferia, a diferença é mais na idade e que uns são mais maduros e outros mais infantis, mas são muito semelhantes”, sendo assim, o alunado de toda escola é bem parecido.

Em conformidade, os dois entrevistados apontaram que a flexibilidade com as turmas de EJA é bem maior em relação às turmas do ensino fundamental regular, como evidencia o Prof. A na seguinte fala: “[...] tem uma flexibilidade também dos conteúdos trabalhados, então as vezes eu fujo um pouquinho da BNCC e trago alguns temas que são mais, digamos assim,

de interesse deles”. A partir dessa narrativa do Prof. A, podemos entender, de acordo com as considerações de Oliveira, Correia, Câmara e Duarte (2015, p. 8) que “[...] não há neutralidade na escola, por mais que se queira ser neutro”. Os autores ainda advertem que:

A escolha dos conhecimentos, a forma de pontuarmos esses conhecimentos, além do como esse conteúdo deve ser tratado, tem uma relação inseparável com os interesses e perspectivas de quem escolhe o que e como abordar os saberes na escola. O agir do professor é, em grande medida, produto de quem é esse agente que realiza a prática pedagógica, seja a partir de uma intencionalidade expressa ou mesmo com um certo grau de inconsciência. (OLIVEIRA *et. al.*, 2015, p. 08).

Em relação à diferenciação da prática pedagógica no ensino regular e na EJA, os entrevistados relataram ainda que não tem muita diferença na prática pedagógica em si. O Prof. A, destacou que o seu estilo de aula e a preparação do planejamento para os bimestres se assemelham, tanto no ensino regular quanto na EJA. Procura sempre combinar os conteúdos com os alunos, “[...] a partir do Conteúdo Esportes, o que dá pra gente trabalhar dentro de Esportes? Dá pra trabalhar com temas geradores? Com temas transversais? Então eu faço esse diálogo com ele”³.

O Prof. B, por sua vez, relatou ser mais tranquila a sua prática pedagógica na EJA, destacando que a relação com o alunado era de amizade, dessa forma se sentindo mais à vontade para o planejamento e desenvolvimento das aulas. No entanto, no ensino fundamental regular já era mais delicado, pelo fato de os alunos confundirem a amizade, o que e acaba não surtindo efeito suficiente na aprendizagem. Segundo o docente, “[...] no ensino fundamental regular nós estamos formando seres, na EJA eles já estão com a mente formada, então estão ali em busca de título. Aí o peso é bem diferente”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível tecermos reflexões interpretativas acerca de como a Educação Física está sendo desenvolvida nos anos finais do Ensino Fundamental na modalidade EJA. Nessa perspectiva, descrevemos os processos relativos ao entendimento e análise da prática pedagógica de professores de Educação Física

³ É importante pontuar que mantivemos a fala de todos os entrevistados na íntegra e com os seus vícios de linguagem para que, dessa maneira, possa ser preservada a singularidade do momento vivido e a sua dimensão cotidiana e afetiva como linguagem coloquial.

que atuam nessa referida modalidade de ensino, na Educação Básica, em duas escolas da rede pública da cidade de Pau dos Ferros-RN.

A partir das informações e reflexões construídas, verificamos que as problemáticas e dificuldades no trato com a EJA são mais expressivas que aquelas inerentes ao ensino regular. Essa modalidade exige, pois, um esforço dos professores, por meio de metodologias, para superar essas fragilidades e dificuldades pedagógicas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, de forma que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A pesquisa nos revelou ainda uma fragilidade na formação dos profissionais que atuam na EJA e esse aspecto ganhou destaque neste trabalho. Dizemos isso porque acreditamos ser necessário um aprofundamento na formação desses professores, buscando estes subsídios eficientes para atuação nesse campo em específico.

Pelo menos no discurso de um dos professores, notamos a necessidade de inclusão dos alunos nas aulas de Educação Física na modalidade EJA. Assim, ressaltamos a importância da disciplina como campo de conhecimento pedagógico e destacamos que, para sua aplicação, os professores precisam ter um olhar sensível para a origem social e o contexto socioeconômico em que seus alunos estão inseridos, pois muitos precisam trabalhar e não têm disposição para a prática das atividades propostas pela EF. Como demonstrado aqui, muitos alunos compreendem a EJA apenas como uma possibilidade outra de ascensão social e de um desenvolvimento econômico por meio dos estudos, não se importando muito com as disciplinas e seus conteúdos.

No que toca a metodologia aplicada pelos professores, a partir da fala dos entrevistados percebemos uma discrepância, pois um deles utiliza uma metodologia mais aberta e outro segue uma linha de pensamento mais inclinada para o tradicional.

Em relação à avaliação utilizada, observamos o caráter quantitativo em ambas as narrativas, divergindo apenas no modo como são distribuídas as atividades. É essencial destacarmos que a flexibilidade em relação ao índice de reprovação depende da política interna da escola e da sua organização pedagógica. Então, essa questão vai além da preparação e do trato do profissional com a modalidade, sendo um assunto de cunho político-pedagógico da escola e do sistema de educação vigente.

Em síntese, a pesquisa sobre a prática pedagógica do professor de Educação Física na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos nos fez perceber que ela ainda necessita de reconhecimento e investimentos, tanto dos órgãos públicos quanto da comunidade acadêmica, no sentido de reajustar as propostas políticas dos cursos de formação de professores, melhorando a preparação desses profissionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. de. **Visão didática da Educação Física: análises críticas e exemplos práticos de aulas.** Grupo de Trabalho Pedagógico UFPe – UFSM – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1991.

AUGUSTO, S. S. *et al.* Educação Física na Educação de Jovens e Adultos: Um relato de experiência. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. e233666, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v2i3.3666. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3666>. Acesso em: 20 ago. 2021.

AZEVEDO, Rodrigo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. **Gazeta do Povo**. 11 mar. 2018. Educação. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yys2j8nqn8d91/>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BARROS, Joyce Mariana Alves. **A organização didática da Educação Física na educação de jovens e adultos no sistema público de ensino do município de Natal-RN.** Natal, RN, 2016.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciências humanas e complexidade: projetos, métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência.** 2.ed. Rio de Janeiro: E-paper, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 mar. de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**, Ministério da Educação, p. 542, Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>. Acesso em: 26 mar. de 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 de mar. 2021.

BRASIL, **Ministério da Educação:** Secretaria da Educação Fundamental. Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos; segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: Educação Física: volume 3, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_edu_fisica.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação.** Lei 13005/2014, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAVALLI, Mariana de Albuquerque *et al.* Educação Física como possibilidade de Transformação para os Estudantes da EJA. **Trajetória Multicursos**, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2020. Disponível em:

<http://sys.facos.edu.br/ojs/index.php/trajetoria/article/download/515/399> Acesso em: 13 mar. 2021.

CARDOSO, Bárbara Karenina do Rego *et al.* ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA: DESAFIOS E SOLUÇÕES. *In: V CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2018. **Anais [...]**. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/46540>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CHAGAS, Viviane Ramos da Silva. A EJA no Brasil: Reflexões sobre seu histórico. *In: CONEDU, VII Congresso Nacional de Educação: Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, 2020, Maceió. Anais [...]*. Maceió, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA12_ID5037_31082020175902.pdf .Acesso em: 19 de agosto de 2021.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA CONCEIÇÃO, Tatiana Silva; PEREIRA, Claudio Roberto de Jesus; DOS SANTOS, Rafaela Gomes. Educação física na educação de jovens e adultos: a concepção dos estudantes de um município do interior da bahia. *Itinerarius Reflectionis*, v. 16, n. 3, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/60632> Acesso em: 22 mar. 2021.

DA COSTA, Fábio Soares; DE SOUSA, José Carlos; DOS SANTOS, Andreia Mendes. Inclusão das diferenças de forma e aptidão física na EJA: a Educação Física e a Educação Somática como possibilidades. *In: IV SIPASE [recurso eletrônico]: Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação: a construção da profissionalidade docente: a pessoa em formação, 2018, Anais [...]*. Brasil., 2018. Disponível em : https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14370/2/INCLUSAO_DAS_DIFERENCAS_DE_FORMA_E_APTIDAO_FISICA_NA_EJA_A_EDUCACAO_FISICA_E_A_EDUCACAO_SOMATICA_COMO_POSSIBILIDADES.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, VERA. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 58-77, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwn8w6dtBbmBqgQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 mar. 2021.

FRANCHI, Silvester; GÜNTHER, Maria Cecília Camargo. Juvenilização da EJA: repercussões na Educação Física. **Motrivivência**, v. 30, n. 53, p. 209-225, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n53p209>. Acesso em: 13 mar. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GOLDSCHMIDT FILHO, Francisco; CRUZ, Lucas Lopez; BOSSLE, Fabiano. Educação Física na EJA: desafios e possibilidades. **Kinesis**, v. 34, n. 2, 2016.

GÜNTHER, Maria Cecília Camargo. O direito à Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, 2016.

ISSN: 1984-6290 | B3 em ensino - Qualis, Capes | DOI: 10.18264/REP | 2021 © Revista Educação Pública.

LEMES, Vanilson Batista *et al.* Efeitos da Educação Física nos níveis de aptidão cardiorrespiratória e no índice de massa corporal na Educação de Jovens e Adultos– EJA. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 33, n. 4, p. 639-647, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/170600>. Acesso em: 13 mar. 2021.

LEMES, Vanilson Batista. **Relatos de uma proposta de educação física escolar: a promoção da saúde na educação de jovens e adultos (EJA)**. 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/163309>. Acesso em: 13 mar. 2021.

LEMES, Vanilson Batista *et al.* Efeito das aulas de ginástica escolar nos níveis de atividade física: jump na Educação de Jovens e Adultos (EJA). **RBPFEEX - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 11, n. 70, p. 863-870, 28 jan. 2018. Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/1293>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de Jovens e Adultos após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 429-451, 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/687>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MARTINS, Jacqueline Cristina Jesus. **Educação física, currículo cultural e a educação de jovens e adultos: novas possibilidades**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade do estado de São Paulo – USP, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122019-173022/pt-br.php>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade. Seminário de Iniciação Científica. **Anais [...]** v. 5, p. 1-3, 2016. Disponível em: https://repositorio.alfaunipac.com.br/publicacoes/2020/545_a_trajetoria_historica_da_educacao_de_jovens_e_adultos_no_brasil.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

OLIVEIRA, Francisco Vieira de; CORREIA, Nayara Kelly; CÂMARA, Helder Cavalcante; DUARTE, Suênia de Lima. O agir reflexivo na escola: uma condição necessária para o exercício docente? *In: Redfoco*, v. 2, n.1, p. 03-12, 2015. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/RDF/article/view/354/284>. Acesso em 10 out. 2021.

PELUSO, Débora Leonel *et al.* Educação Física na educação (inclusiva?) de jovens e adultos: um retrato da produção científica na área. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/76435>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, [s.n], 2018.

PIRES, Roberto Gondim *et al.* EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA: necessidades/possibilidades sob a ótica dos gestores. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 4, n. 8, p.

52-67, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/3091>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RIO GRANDE DO NORTE. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, Conselho Estadual de Educação. Documento: 557016. Edição Diária: 13819. Publicado em:

08/12/2016. Disponível em:

http://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20161208&id_doc=557016. Acesso em: 22 mar. 2021.

RODRIGUES, G. D.; ALVES JUNIOR, E. DE D. Perfil de qualidade de vida e atividade física habitual de adultos participantes das aulas de educação física da Educação de Jovens e Adultos. **RBPFX - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 10, n. 62, p. 734-740, 19 nov. 2016

Disponível em: <http://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/1002>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SOUZA, José Clécio Silva e. Educação e História da Educação no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 18, ed. 23, 2018. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 19 mar. 2021.